

PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº 2.610, DE 2025

PROJETO DE LEI Nº 2.610, DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para tipificar como crime a conduta de induzir, instigar ou auxiliar pessoa a praticar atos que coloquem a integridade física, saúde ou vida em risco, ou de terceiros.

Autor: Deputado RAIMUNDO SANTOS

Relator: Deputado SAULO PEDROSO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.610, de 2025, de autoria do ilustre Deputado Raimundo Santos, pretende incluir a instigação, induzimento ou auxílio a prática de atos danosos que coloquem a integridade física, saúde ou vida em risco, inclusive a de terceiros, na conduta prevista no art. 122 do Código Penal (Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação).

Na justificação, o parlamentar embasa a proposição na necessidade de *“tipificar a conduta de quem, mesmo sem contato direto com a vítima, por meio de mensagens, redes sociais, cria ou dissemina conteúdos que induzem terceiros a comportamentos arriscados, e que na maioria das vezes estão sob a aparência de brincadeiras e desafios ingênuos”*.

A matéria foi despachada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise tanto de sua admissibilidade quanto do mérito.



Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República. No tocante à constitucionalidade material, também há harmonia com os princípios da Carta Federal.

No tocante à juridicidade, a proposição revela-se adequada. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

Quanto ao mérito, a proposta foi apresentada em resposta às inúmeras denúncias e acontecimentos decorrentes da popularização de induzimentos de pessoas a participarem de desafios e jogos virtuais em redes sociais e aplicativos de mensagens. Tais práticas, muitas vezes, são auto lesivas, violentas ou perigosas.

Como é consabido, nos últimos meses tem crescido o debate acerca da responsabilização de atos ilícitos ocorridos no âmbito das redes sociais, alcançando o seu ápice com o vídeo publicado pelo youtuber Felca, que denunciou a adultização e hiperexposição de crianças e adolescentes nas redes sociais.

A recente aprovação do Projeto de Lei nº 2628/2022, em 20 de agosto de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (ECA Digital), evidenciou a gravidade dos riscos enfrentados nas plataformas virtuais. Mensagem clara para a necessidade do cuidado nestes ambientes.



Sancionada em 17 de setembro de 2025, por meio da Lei nº 15.211/2025, o ECA digital trouxe um conjunto de regras amplo e abrangente sobre a vedação ao acesso de crianças e adolescentes a conteúdos e serviços impróprios, inadequados ou proibidos por lei (Capítulo III), tratou a respeito das obrigações das redes sociais (Capítulo IX), bem como cuidou da prevenção e combate a violações graves contra crianças e adolescentes no ambiente digital (Capítulo X).

De fato, vivemos uma transição tecnológica em que o mundo digital se tornou parte indispensável da vida cotidiana, realidade que tende a se normalizar e intensificar nas próximas gerações. Portanto, os desafios desse universo não podem ser ignorados. É nesse cenário que o debate deve ser aprofundado, não se limitando à exploração da imagem de crianças e adolescentes, mas também ao conteúdo a que estão expostos.

Plataformas de interação, como a Discord, tem sido terreno para a disseminação de crimes como o incentivo a automutilação, o cyberbullying, estupro virtuais e até mesmo tentativas de suicídio comandadas por membros das chamadas “panelas”, que coagem as suas vítimas através da ameaça de exposição de conteúdos íntimos na internet¹.

Conteúdos e grupos que incentivam a violência, sobretudo voltados ao público infantojuvenil, não podem ser normalizados em um Estado cuja Constituição estabelece como prioridade absoluta a proteção integral da criança, do adolescente e do jovem contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, caput, CRFB/88). A referência expressa à prioridade absoluta impõe a toda sociedade e ao poder público o dever de adotar medidas imediatas e eficazes para resguardar a integridade das novas gerações.

Com efeito, para além da proteção de crianças e adolescentes, é necessário resguardar toda a nação. Tendo em vista que as dificuldades do mundo virtual alcançam pessoas de todas as idades, impondo, assim, a

¹ <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/07/27/panelas-no-discord-escondem-as-mais-perversas-formas-de-crime-contra-criancas-diz-policia-infiltrada.ghtml>



necessidade de assegurar que a transição tecnológica ocorra de forma segura e saudável a todos.

Desse modo, não há dúvidas quanto à relevância e pertinência do presente projeto de lei. A responsabilização penal de indivíduos que induzam, instiguem ou auxiliem atos que coloquem em risco a saúde ou a integridade física das vítimas é crucial para tornar a internet um ambiente mais seguro.

A este relator, portanto, cabe inicialmente alguns ajustes na redação proposta, de modo a evitar que o novo tipo penal a ser aprovado por esta Casa possa produzir dúvidas interpretativas em relação ao enquadramento de autores na possível prática dos crimes de homicídio ou lesão corporal por meio de autoria mediata.

A meu ver, afastar qualquer dúvida interpretativa revela-se essencial para que o projeto de lei não acabe por produzir efeitos contrários aos pretendidos por esta Casa, criando um tratamento mais brando a quem, eventualmente estiver envolvido na prática de infrações penais mais graves.

No campo penal, as modificações sugeridas pretendem deixar a aplicação da lei mais segura, deixando claro, como pretendeu o nobre autor da proposta, que o tipo penal de instigação ou auxílio ao suicídio estará configurado ainda que ocorra mediante a utilização de jogos ou desafios virtuais e sem interação direta entre o autor e a vítima.

Estamos ainda estabelecendo um novo regime de responsabilização civil dos provedores de aplicações de internet, mediante inclusão do art. 21-A no Marco Civil da Internet estabelecendo responsabilidade civil dos provedores de aplicações por falha sistêmica. Essa falha caracteriza-se pelo descumprimento do dever de cuidado quanto à prevenção e à remoção de conteúdos que se enquadrem em crimes contra instituições democráticas, crimes de racismo, homofobia e transfobia, crimes de ódio relacionados à condição de mulher, crimes contra a dignidade sexual



de crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis, crimes de tráfico de pessoas e crimes de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.

A proposta deste dispositivo está em consonância com o item 5 da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 987, que estabelece a possibilidade de responsabilização civil de provedores quando não adotam medidas adequadas para coibir a circulação de conteúdos que configurem ilícitos penais.

Sugiro, por fim, modificar o art. 27 da Lei nº 15.211/2025, o ECA digital, a fim de estabelecer expressamente que os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação disponíveis no território nacional também deverão remover e comunicar às autoridades nacionais e internacionais competentes, na forma de regulamento, conteúdos voltados à instigação ao suicídio ou à automutilação.

Lembro, por fim, que estamos em setembro, mês dedicado à prevenção da automutilação e do suicídio, por meio da campanha Setembro Amarelo, instituída pela Lei nº 15.199, de 8 de setembro de 2025. Esta Casa não pode se furtar de destacar o alarmante índice de suicídios relacionados à temática, em decorrência de exposição indevida, à disseminação de informações falsas, ao cyberbullying, ao chamado efeito *copycat*, ao “cancelamento” nas redes sociais e, mais recentemente, aos jogos e desafios virtuais.

Quantas pessoas já perderam a vida por se sentirem impotentes diante dessas situações? Quantas famílias sofrem hoje pela dor da perda de crianças e adolescentes que foram indevida e maldosamente influenciados? Quantas outras famílias ainda terão que enfrentar essa realidade?

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio foi a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos². No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, em 2022 foram registrados mais

² <https://www.who.int/news/item/17-06-2021-one-in-100-deaths-is-by-suicide#:~:text=In%202019%2C%20more%20than%20700.of%20the%20World%20Health%20Organization>.



de 16 mil óbitos por suicídio, com taxas crescentes entre adolescentes e jovens adultos³.

Nessa perspectiva, cabe lembrar que a saúde é direito fundamental de todos, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, abrangendo tanto a saúde física quanto a saúde mental. A proteção contra os riscos digitais que levam à depressão, à ansiedade e ao suicídio insere-se, portanto, no núcleo essencial do direito à saúde, impondo ao Estado e à sociedade o dever de agir.

É o nosso dever como parlamentar legislar normas com benefícios concretos, buscando proteger nossa população e prevenir para que situações como essas se tornem cada vez menos frequentes.

Nesse sentido, a presente proposição, busca preencher uma lacuna normativa, conferindo proteção e prevenção diante dos riscos digitais. Não há dúvidas de que a atualização legislativa é medida necessária para reduzir a vulnerabilidade dos usuários e assegurar a responsabilização da esfera digital, sempre que for o caso.

Por fim, a *técnica legislativa* empregada no âmbito da proposição legislativa se encontra em acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.610, de 2025, e, **no mérito**, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.610, de 2025, na forma do Substitutivo em anexo.

³ https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/anualmente-mais-de-700-mil-pessoas-cometem-suicidio-segundo-oms/?utm_source=chatgpt.com



Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado SAULO PEDROSO
Relator

2025-14766

Apresentação: 23/09/2025 18:28:50.183 - PLEN
PRLP 2 => PL 2610/2025

PRLP n.2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258439702200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Saulo Pedroso



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.610, DE 2025

Altera o art. 122 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, para deixar expresso que constitui crime a conduta de induzir ou instigar pessoa à automutilação ou suicídio por meio de aplicativo, jogo ou desafio virtual, modifica o art. 27 da Lei nº 15.211, de 2025 e introduz art. 21-A na Lei nº 12.965, de 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altera o art. 122 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, para deixar expresso que constitui crime a conduta de induzir ou instigar pessoa à automutilação ou suicídio por meio de aplicativo, jogo ou desafio virtual, modifica o art. 27 da Lei nº 15.211, de 2025 e introduz art. 21-A na Lei nº 12.965, de 2014.

Art. 2º O art. 122 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 122.
.....

§4º A pena é aumentada até o dobro se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativo, jogo, desafio virtual ou qualquer outro meio eletrônico, ou transmitida em tempo real.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 27 da Lei nº 15.211, de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 27. Os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação disponíveis no território nacional deverão remover e comunicar os conteúdos de aparente exploração, de abuso sexual, de sequestro, de aliciamento e de instigação ao suicídio ou à automutilação detectados em seus produtos ou serviços, direta ou indiretamente, às autoridades nacionais e internacionais competentes, na forma de regulamento.

§ 1º Os relatórios de notificação de conteúdos de exploração, de abuso sexual, de sequestro e de aliciamento e de instigação ao suicídio ou à automutilação de crianças e de adolescentes deverão ser enviados à autoridade competente, observados os requisitos e os prazos estabelecidos em regulamento.

.....”(NR)

Art. 4º A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar acrescida do art. 21-A, com a seguinte redação:

“Art. 21-A O provedor de aplicações de internet é responsável por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros quando não promover a indisponibilização imediata de conteúdos que configurem crimes previstos no seguinte rol taxativo:

I – condutas e atos antidemocráticos que se amoldem aos tipos previstos nos artigos 286, parágrafo único, 359-L, 359-M, 359-N, 359-P e 359-R do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal;

II – crimes de terrorismo ou preparatórios de terrorismo, tipificados pela Lei nº 13.260, de 2016;

III – crimes de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, nos termos do art. 122 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal;

IV – incitação à discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexualidade ou identidade de gênero – condutas homofóbicas e transfóbicas, passível de enquadramento nos arts. 20, 20-A, 20-B e 20-C da Lei nº 7.716, de 1989;

V – crimes praticados contra a mulher em razão da condição do sexo feminino, inclusive conteúdos que propagam ódio às mulheres nos termos previstos nas seguintes leis:

a) Lei nº 11.340, de 2006 – Lei Maria da Penha;

b) Lei nº 10.446, de 2002;

c) Lei nº 14.192, de 2021;



d) Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, art. 141, § 3º; art. 146-A; art. 147, § 1º; art. 147-A; e art. 147-B;

VI – crimes sexuais contra pessoas vulneráveis, pornografia infantil e crimes graves contra crianças e adolescentes, nos termos:

a) dos arts. 217-A, 218, 218-A, 218-B, 218-C, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal;

b) dos arts. 240, 241-A, 241-C, 241-D da Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII – tráfico de pessoas, nos termos do art. 149-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

§ 1º A responsabilidade dos provedores de aplicações de internet prevista neste artigo diz respeito à configuração de falha sistêmica.

§ 2º Considera-se falha sistêmica, imputável ao provedor de aplicações de internet, deixar de adotar adequadas medidas de prevenção ou remoção dos conteúdos ilícitos anteriormente listados, configurando violação ao dever de atuar de forma responsável, transparente e cautelosa.

§ 3º Consideram-se adequadas as medidas que, conforme o estado da técnica, forneçam os níveis mais elevados de segurança para o tipo de atividade desempenhada pelo provedor.

§ 4º A existência de conteúdo ilícito de forma isolada, atomizada, não é, por si só, suficiente para ensejar a aplicação da responsabilidade civil deste artigo.

§ 5º No caso do §4º deste artigo, incidirá o regime de responsabilidade previsto no art. 21 da Lei nº 12.965, de 2014 – Marco Civil da Internet.

§ 6º Nas hipóteses previstas neste artigo, o responsável pela publicação do conteúdo removido pelo provedor de aplicações de internet poderá requerer judicialmente o seu restabelecimento, mediante demonstração da ausência de ilicitude.

§ 7º Ainda que o conteúdo seja restaurado por ordem judicial, não haverá imposição de indenização ao provedor de aplicações.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor:

I – 90 (noventa) dias após sua publicação, quanto ao art. 3º;

II – na data de sua publicação, quanto aos demais artigos.



Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado SAULO PEDROSO
Relator

